

A estrutura de consumo das famílias metropolitanas em São Paulo e Recife: evidências e implicações*

SONIA ROCHA**

Este artigo examina alterações da estrutura de consumo das famílias metropolitanas de São Paulo e Recife entre 1974/75 e 1987/88. A comparação segundo grupos de produtos para o total das famílias e para as famílias pobres permite detectar tendências gerais — a principal das quais é a redução da participação do gasto alimentar —, além de diferenciações locais, que podem servir como subsídio à atuação do governo na área social, em particular no que concerne às políticas de combate à pobreza.

1 - Introdução

Devido à importância econômica primordial da variável consumo, modelos de caráter macro, que visam simular o funcionamento da economia, tendem a considerar com cuidado a estrutura de consumo por grupos de produtos, incorporando, sempre que possível, diferenciações dessa estrutura em função do nível de renda das famílias. Na verdade, no curto prazo é razoável supor que as estruturas de consumo por classe de renda sejam relativamente estáveis, sendo as modificações no consumo global devidas principalmente a modificações da distribuição da população entre as classes de rendimentos. A médio e longo prazos, as estruturas de consumo se alteraram como resultado de mudanças socioeconômicas, tornando necessária a obtenção de novos parâmetros relacionando consumo por produto e rendimento. As pesquisas de orçamentos familiares realizadas periodicamente, ao investigarem a estrutura de consumo das famílias com base em amostras representativas de diferentes áreas geográficas e níveis de rendimento familiar, constituem-se na fonte básica de informação sobre o consumo.

No Brasil existem duas pesquisas de âmbito nacional voltadas especificamente para a investigação da despesa das famílias, ambas realizadas pelo IBGE: a primeira, relativa a 1974/77, é o Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef), que, além do levantamento das despesas propriamente ditas, inclui um inquérito abrangente de aspectos nutricionais e antropométricos que tem servido de base única para a construção de parâmetros de

* Agradecimentos a Thompson Andrade, que, paciente e cuidadosamente, leu a primeira versão deste texto e fez numerosas e pertinentes sugestões.

** Da Diretoria de Pesquisa do IPEA.

consumo alimentar específicos ao Brasil, às suas regiões e aos estratos urbano, rural e metropolitano de cada uma delas;¹ a segunda, mais recente, realizada em 1987/88 com o objetivo precípua de atualização do sistema de ponderação dos índices de preços ao consumidor elaborados pelo IBGE, é a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que, embora sensivelmente mais restrita que o Endef quanto aos quesitos investigados e limitada apenas às regiões metropolitanas, permite comparações oportunas acerca da evolução do padrão de consumo entre os meados das décadas de 70 e 80.

O objetivo deste texto, com base em evidências empíricas derivadas das duas pesquisas supracitadas, é descrever a evolução do consumo nas regiões metropolitanas de São Paulo e Recife e fazer algumas inferências sobre o papel do Estado e a importância relativa da despesa alimentar num contexto de modernização e urbanização rápidas. A escolha dessas duas metrópoles se justifica, por um lado, pelo fato de se situarem em extremos opostos do que se chamou “ciclo de vida das metrópoles” [ver Rocha e Tolosa (1993)]. São Paulo, além de ser a metrópole primaz por excelência, atingiu um estágio evolutivo em que o núcleo “transborda” para a periferia, havendo, em ambas as subáreas da metrópole, diversidade de atividades produtivas e uma marcada heterogeneidade do nível de rendimento familiar da população residente. Em outras palavras, São Paulo seria a única metrópole brasileira a ter ultrapassado a segunda fase do ciclo evolutivo — o da periferização —, quando as atividades industriais e o local de residência da subpopulação pobre se concentram na periferia. Já Recife se situa na primeira fase, na qual existe relativamente menor diferenciação entre núcleo e periferia no que concerne à infra-estrutura urbana e à distribuição espacial da população, sendo que, em particular, a segregação dos pobres na periferia é incipiente. Por outro lado, São Paulo e Recife também se diferenciam nitidamente em termos de nível de renda e incidência de pobreza. São Paulo é indiscutivelmente a metrópole mais rica quando se considera a renda *per capita*, embora não seja aquela onde a incidência de pobreza é a mais baixa.² De qualquer modo, é a metrópole mais desenvolvida quando renda e indicadores sociais são levados em conta simultaneamente.³

Ao considerar situações extremas em termos de desenvolvimento metropolitano, busca-se verificar se as modificações ocorridas têm caráter essencialmente geral ou se são predominantemente afetadas por fatores locais. Adicionalmente, tendo em vista a importância que a questão de combate à pobreza vem adquirindo, analisou-se especificamente a estrutura de consumo dos pobres em ambas as pesquisas. Essas evidências empíricas para as duas metrópoles e nos dois períodos de referência fornecem subsídios para alguns temas em debate na atualidade: a propalada prioridade atribuída ao consumo alimentar; a definição do que comumente se chama de cesta básica; e o alcance de políticas públicas na redução do custo de vida dos pobres.

Este texto compõe-se de três seções, além desta introdução. Na próxima seção são explicitados alguns aspectos quanto a conceitos e metodologia utilizados. Na Seção 3

1 Exceto as áreas rurais do Norte e do Centro-Oeste.

2 Em 1990, a proporção de pobres na população total teria sido mais baixa em Curitiba (12,2%) e em Porto Alegre (20,9%) do que em São Paulo (21,6%) [Rocha (1994)].

3 A esse respeito, ver a hierarquia das regiões metropolitanas em relação à qualidade de vida da subpopulação pobre em Rocha e Villela (1990).

são apresentadas as estruturas de consumo em 1974/75 e 1987/88, destacando-se o declínio da participação da despesa alimentar no total do consumo monetário e as implicações deste fato para o estabelecimento de parâmetros de renda — linhas de pobreza e de indigência — visando à delimitação da subpopulação pobre para fins de mensuração, caracterização e política social. Apresentam-se ainda evidências de que mudanças ocorridas na participação do consumo por grupo de produto operaram essencialmente no mesmo sentido, seja para a população total, seja para os pobres nas duas metrópoles. Apesar disso, parece haver especificidades do padrão de consumo em cada metrópole, o que pode ser constatado através da comparação do padrão de consumo em cada uma em 1987/88. Finalmente, na Seção 4 são sumariadas as principais evidências observadas.

2 - Aspectos conceituais e metodológicos

A comparação da estrutura de consumo entre 1974/75 e 1987/88, com base em pesquisas de orçamentos familiares de características bastante distintas, requer alguns esclarecimentos.

Tomou-se como agregado de referência a despesa monetária de consumo, deixando-se de lado, portanto, outras despesas correntes (impostos, contribuições trabalhistas etc.) e os fluxos financeiros vinculados à variação patrimonial (aumento do ativo, redução do passivo) relacionados a determinantes essencialmente diversos. A opção pelo consumo monetário foi obrigatória pois, enquanto o Endef investigou tanto o consumo não-monetário como o monetário, a POF restringiu-se a este último.

A este respeito, é importante ter em mente que, embora não haja base empírica para o acompanhamento da evolução do consumo monetário *versus* o não-monetário, é mais provável que o primeiro venha ampliando sua participação na esteira da modernização do país, o que deve ocorrer de forma mais acentuada no estrato metropolitano.

A classificação das despesas de consumo segundo grupos e subgrupos é essencialmente a mesma nas duas pesquisas, o que dispensou a tarefa de compatibilização.

Ao comparar a composição percentual do consumo monetário para o conjunto de população referente a um período no qual a renda *per capita* brasileira cresceu 25%, tem-se, inevitavelmente, o resultado do efeito renda combinado a mudanças do consumo associadas a alterações de preços relativos, modernização, urbanização e outros fenômenos afins. Para os pobres, no entanto, as comparações pretendem-se isentas do efeito renda, uma vez que foram utilizadas na delimitação desta subpopulação linhas de pobreza constantes em termos reais, isto é, ajustadas pela evolução do custo de vida dos pobres. Os valores de referência são os de linhas de pobreza calculadas a partir do Endef a preços de agosto de 1974 e outubro de 1987. Para 1974, preços e quantidades foram derivados diretamente do Endef [Fava (1984)], enquanto os valores para 1987 se referem à mesma cesta valorada para outubro daquele ano com base nos preços ao consumidor segundo região metropolitana [Rocha (1988)]. As linhas de pobreza utilizadas são apresentadas no Anexo 1.

Finalmente, cabe destacar que, ao se examinarem dois pontos no tempo, o sentido e a forma da mudança ocorrida nas estruturas de consumo não caracterizam necessariamente uma tendência evolutiva. No entanto, como se verá adiante, a queda da participação da despesa alimentar no total do consumo pode ser interpretada como tal, já que a elevação da renda e mesmo a modernização/urbanização por si sós reconhecidamente afetam o consumo neste sentido. Em outros casos, como na evolução verificada quanto aos gastos de saúde, o aumento da participação no consumo esteve vinculado à situação falimentar do sistema público de saúde e previdência. Deste modo, é possível que esta categoria de gasto venha a ter sua participação reduzida no consumo total das famílias se o Estado vier a recuperar seu papel de provedor de serviços de saúde de qualidade adequada.

3 - O consumo das famílias nas décadas de 70 e 80

Do exame das estruturas de consumo para as duas metrópoles, considerando a população total e a subpopulação pobre nas datas de referência, decorrem três observações básicas: a primeira concerne à queda da despesa alimentar na despesa total de consumo; a segunda refere-se à coerência entre as evoluções verificadas por grupo de produto para toda a população e para a subpopulação pobre em cada metrópole; e por último, numa abordagem *cross-section*, observa-se a importância de fatores afetando a estrutura de consumo local, tanto para a população total como para a de pobres, e diferenciando de forma clara as duas metrópoles.

3.1 - A queda da participação da despesa alimentar na despesa total de consumo

O rumo do consumo alimentar tem importância fundamental nas análises de demanda por constituir-se na categoria de maior participação na despesa das famílias. Os dados das Tabelas 1 e 2 permitem observar este fato tomando por base 10 grupos de produtos, além de suscitar algumas outras constatações.

A primeira é a queda da participação do consumo alimentar no total da despesa de consumo, que ocorre tanto em São Paulo como no Recife para toda a população e para a subpopulação pobre. Na verdade, trata-se de um fenômeno generalizado, que acontece em todas as metrópoles, como se pode constatar pelo exame dos dados da Tabela 3. Provavelmente, pelas razões apontadas a seguir, este mesmo fenômeno também se dá em áreas urbanas e rurais, embora inexistam evidências empíricas acerca da evolução da estrutura de consumo nessas áreas.

Para o conjunto da população, uma possível justificativa para esse fato é a lei de Engel no que se refere ao consumo alimentar, isto é, a elevação do nível de renda levando a uma redução da participação da despesa alimentar na despesa total de consumo. Na medida em que entre as datas de referência das duas pesquisas (1974/75 e 1987/88) houve

aumento de cerca de 25% da renda *per capita* brasileira, isto pode explicar, pelo menos em parte, este fenômeno. De fato, a participação mais baixa do consumo alimentar em São Paulo do que em Recife nos dois períodos e a maior participação da despesa alimentar da subpopulação pobre do que da população total em todos os quatro casos se coadunam perfeitamente com essa lei.⁴

TABELA 1

*Evolução da estrutura de consumo em São Paulo e Recife,
segundo grupos de produtos — 1974/75 e 1987/88*

(Em %)

Grupos de produtos	São Paulo		Recife	
	1974/75	1987/88	1974/75	1987/88
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Alimentação	30,61	24,23	37,56	30,66
Vestuário	9,26	12,25	8,56	13,12
Habitação	25,81	22,58	23,64	19,32
Aluguel e taxas	9,32	9,76	6,76	7,03
Higiene e serviços pessoais	3,21	3,17	3,58	3,88
Assistência à saúde	5,10	7,40	4,00	6,6
Remédios	2,04	2,23	2,19	2,36
Seguro-saúde	n.d.	1,07	n.d.	1,11
Transporte	11,55	16,00	9,51	13,23
Transporte urbano	2,72	2,66	3,26	3,95
Educação	3,52	3,61	4,12	3,53
Recreação e cultura	2,34	4,31	2,39	3,77
Fumo	2,72	1,47	2,48	1,7
Despesas diversas	5,89	4,97	4,16	4,19

FONTE: IBGE (Endef e POF).

⁴ Segundo Blisard (1993), a elasticidade-renda da demanda por alimentos nos Estados Unidos foi estimada recentemente em 0,32, sendo apenas de 0,18 para gastos associados à alimentação no domicílio. A elasticidade é negativa para produtos alimentares básicos como leite (-0,04) e ovos (-0,10).

TABELA 2

*Evolução da estrutura de consumo da subpopulação pobre
em São Paulo e Recife, segundo grupos de produtos — 1974/75 e 1987/88*

(Em %)

Grupos de produtos	São Paulo		Recife	
	1974/75	1987/88	1974/75	1987/88
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Alimentação	42,63	40,93	52,64	50,14
Vestuário	7,47	6,87	6,87	9,98
Habitação	25,52	24,47	20,90	17,21
Aluguel e taxas	9,96	14,80	5,64	6,02
Higiene e serviços pessoais	3,38	2,45	3,50	3,76
Assistência à saúde	3,79	8,98	3,02	4,37
Remédios	2,43	4,83	2,57	3,03
Seguro-saúde	n.d.	0,29	n.d.	0,10
Transporte	6,99	8,27	5,54	6,83
Transporte urbano	4,66	4,86	4,49	5,83
Educação	1,64	1,99	1,48	1,41
Recreação e cultura	1,12	1,24	1,28	1,49
Fumo	3,96	2,37	2,96	3,32
Despesas diversas	3,51	2,43	1,81	1,49

FONTE: IBGE (Endef e POF); elaboração da autora.

TABELA 3

*Participação do consumo alimentar no consumo total,
segundo regiões metropolitanas e Brasília — 1974/75 e 1987/88*

(Em %)

Regiões metropolitanas	Endef (1974/75)	POF (1987/88)
Belém	0,41	0,29
Fortaleza	0,40	0,30
Recife	0,38	0,31
Salvador	0,33	0,28
Belo Horizonte	0,30	0,26
Rio de Janeiro	0,33	0,28
São Paulo	0,31	0,24
Curitiba	0,31	0,22
Porto Alegre	0,31	0,24
Brasília	0,30	0,20

FONTE: IBGE (Endef e POF).

No entanto, é provável que outros fatores que não a renda tenham levado à redução da participação do consumo alimentar. Estes fatores estariam essencialmente ligados à urbanização e a modificações do modo de vida e das preferências dos consumidores em função da modernização que os afeta diretamente ou através dos meios de comunicação. Na verdade, a vida crescentemente urbana altera a estrutura de consumo das famílias no sentido de responder a novas necessidades que, em determinadas circunstâncias, tornam-se prioritárias em relação aos gastos em alimentação. É possível conceber, por exemplo, que habitação e transporte passem a ter uma participação indesejavelmente alta na despesa de consumo porque, diante de preços crescentes, sua demanda é bastante inelástica no curto prazo, ajustando-se lentamente às novas condições. Assim, uma deterioração dos rendimentos em relação aos custos de habitação pode obrigar as famílias, num primeiro momento, a alocar à habitação uma parcela maior da sua renda do que a desejada devido à existência de contratos e às dificuldades inerentes a uma mudança de domicílio. O mesmo acontece com os gastos de transporte, que se relacionam essencialmente às despesas indispensáveis para acesso ao local de trabalho. Desta forma, os ajustes necessários em termos de redução das despesas em busca de um novo equilíbrio orçamentário no âmbito das famílias operam no sentido do declínio da participação relativa das despesas alimentares, mais facilmente compressíveis devido às possibilidades de substituição de itens individuais e à ausência de contratos.

No que concerne à queda da participação da despesa alimentar dos pobres, as explicações se enquadram necessariamente nesse mesmo tipo de argumentação. Na verdade, ao adotar linhas de pobreza com valor real constante entre 1974/75 e 1987/88, supõe-se, implicitamente, o mesmo nível de renda real nos dois períodos.

Cabe considerar ainda o efeito do comportamento dos preços, cujos índices oriundos de fontes diversas são unânimes em registrar que na alimentação, no período 1974/87, houve uma alta mais acentuada que a dos preços em geral, demonstrando em particular que a queda relativa dos preços recebidos pelos produtores não foi repassada para o varejo (Tabela 4). Em função dessa alta do preço dos alimentos, se a alimentação fosse considerada um item de consumo prioritário, como geralmente se argumenta, provavelmente não teria ocorrido queda de sua participação no consumo dos pobres.

A esse respeito, é importante observar que, segundo a POF, persiste o fenômeno verificado no Endef de que parcela significativa da população, até em torno do quarto decil da distribuição de despesas correntes familiares, não tem, em média, suas necessidades nutricionais atendidas [Rocha (1993)]. Apesar disto, outras categorias de gastos estariam substituindo aqueles associados à alimentação, tanto para a população total como para a pobre. Para esta última, é provável que a escolha, em parte influenciada pelo efeito demonstração do consumo de parcelas mais abastadas da população, esteja combinada a uma opção estratégica, favorecendo, como já se viu, os gastos prioritários e incompressíveis no curto prazo.

TABELA 4

*Índices de preços ao consumidor e recebidos
pelos produtores agropecuários — 1987
(Base: 1974 = 1)*

(Em %)

Índices de preços	Geral	Alimentação
a) Preços ao consumidor		
Fipe (município de São Paulo)	4.909,5	5.667,8
FGV (município do Rio de Janeiro)	7.866,3	10.324,7
b) Preços recebidos pelos produtores da agropecuária	7.993,0	-

FONTE: Para os preços ao consumidor, IBGE, *Estatísticas Históricas do Brasil*; para os preços recebidos, FGV.

NOTA: Apesar das divergências quanto à evolução dos preços nos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo, que parece muito elevada para ser imputada a diferenças metodológicas, em ambos os casos é constatada uma evolução dos preços de alimentação acima daquela verificada para os preços ao consumidor em geral. A evolução dos preços recebidos pelos produtores agropecuários, de grandeza compatível com os índices de preços ao consumidor da FGV, teria sido 30% menor que a dos preços de alimentação no varejo.

É provável que as mudanças de preferências estejam operando em detrimento do consumo alimentar em geral, afetando em especial a sua composição. Neste contexto, uma eventual queda dos preços dos alimentos básicos — freqüentemente apontada como um dos mecanismos de combate à pobreza — tenderia a apresentar dois efeitos imediatos: o primeiro seria a substituição de parcela dos alimentos básicos — percebidos como bens inferiores — por outros alimentos ou alimentação fora do domicílio, não conduzindo necessariamente à melhoria nutricional da dieta; e o segundo seria o uso de parcela do aumento da renda real no consumo não-alimentar, contribuindo para a redução da alimentação na despesa total.

Há evidências ainda de que, entre as duas datas de referência, teria ocorrido uma marcada homogeneização da composição do consumo de alimentos entre regiões metropolitanas, provavelmente como resultado da melhoria das comunicações, do efeito demonstração do consumo das classes mais abastadas e das novas formas de produção e distribuição de alimentos, que trazem implicitamente alterações de preços relativos. Essa homogeneização significa, por um lado, menor variabilidade das dietas locais, que vêm sendo substituídas paulatinamente por um cardápio nacional onde pão, massas e frango têm participação crescente. Por outro lado, ocorre uma rápida difusão do hábito de fazer refeições fora do domicílio, o que representa uma forma relativamente dispendiosa de atender às necessidades nutricionais *stricto sensu*. À guisa de exemplo, enquanto em 1974 a alimentação fora do domicílio representava 14,7% da despesa alimentar na metrópole paulista, esta despesa evoluiu para 26% em 1987. No Recife, os percentuais eram de, respectivamente, 6,2 e 24,3%, sendo neste último ano bem semelhantes aos de São Paulo, apesar das notórias diversidades entre as duas metrópoles.⁵ Essas mudanças nos hábitos alimentares estão levando a um encarecimento da cesta básica entendida como aquela que, decorrente da escolha do consumidor de baixa renda, permite atender aos requerimentos nutricionais recomendados.⁶ Na verdade, as famílias estão progressivamente menos eficientes, dada a sua restrição de renda, na escolha do conjunto de alimentos e, de modo mais geral, na forma de se alimentar, quando se consideram preços e aportes nutricionais das diversas opções.

Essas questões relativas ao gasto alimentar têm implicações importantes quando se trata de mensurar a incidência de pobreza do ponto de vista da renda, pois, como se sabe, a estimativa do valor da cesta alimentar desempenha, tradicionalmente, um papel central na determinação de linhas de pobreza [Haguenaars (1985)]. Isto decorre do fato de que, contrariamente aos outros itens de consumo, em relação à alimentação existem parâmetros universalmente aceitos quanto às necessidades básicas dos indivíduos, os chamados requerimentos nutricionais recomendados. Como em consequência da urbanização, modernização e outros fenômenos afins que afetam o modo de vida e as preferências dos consumidores, a forma de atender às necessidades nutricionais vem se tornando progres-

5 Esta evolução parece estar vinculada à urbanização e à modernização, bem como ao aumento da renda. Para ilustração, a proporção do gasto alimentar fora do domicílio nos Estados Unidos vem aumentando a taxas crescentes (26,8% em 1972/73, 32,4% em 1980/81 e 41,1% em 1988/89). Cabe observar que em 1972, quando a proporção do consumo fora do domicílio nos Estados Unidos se situava em níveis próximos aos verificados para São Paulo e Recife pela POF, a renda *per capita* norte-americana era superior a US\$3 mil correntes [Blisard (1993)].

6 Trata-se das especificações definidas pela FAO, as últimas referentes ao ano de 1985.

sivamente menos “ótima”. É inescapável reconsiderar uma das questões metodológicas básicas quando se trata de definir linhas de pobreza: devem elas se basear em estruturas de consumo alimentar observadas ou em cestas alimentares normativas?

É consensual entre os especialistas que a cesta normativa ou otimizada, isto é, aquela obtida via programação linear — tendo em vista os preços dos produtos alimentares, o objetivo nutricional a ser alcançado e algumas restrições para garantir variedade e palatabilidade da dieta —, é um procedimento por demais rígido para ser utilizado na construção de linhas de pobreza [Thomas (1982) e Altimir (1979)]. Argumenta-se que, na realidade, as escolhas relativas ao consumo alimentar das famílias estão longe de ser otimizadas, de modo que utilizar o valor associado à solução de custo mínimo implica subestimar o valor da linha de pobreza e, por conseqüência, o número de pobres e outros indicadores de incidência de pobreza do ponto de vista da renda.

Alternativamente, considerar dietas observadas que garantam o atendimento dos requerimentos nutricionais como base para o estabelecimento da cesta alimentar implícita na linha de pobreza é, do ponto de vista conceitual, mais adequado por refletir a situação real do mercado e as preferências do consumidor ante a restrição de renda. No entanto, estas dietas estão se tornando progressivamente menos básicas, em termos da escolha dos produtos e da opção mais freqüente pela alimentação fora do domicílio. Na verdade, são incompatíveis com a noção de pobreza absoluta, que é a relevante no Brasil, onde um grande contingente populacional não tem suas necessidades básicas atendidas.

Neste sentido, a composição da cesta alimentar para fins de estabelecimento das linhas de pobreza e de indigência demanda a aplicação de algum procedimento híbrido: por um lado, ele deve combinar uma dieta observada em faixas inferiores da distribuição de rendimentos, para que seja composta por alimentos de baixo custo; e, por outro, será necessário proceder a um ajuste das quantidades dos alimentos desta dieta, de modo a atingir os requerimentos nutricionais recomendados, já que somente a partir do quarto decil da distribuição de renda familiar as dietas atendem, em média, aos requerimentos nutricionais. Ao introduzir alguma normatização do consumo observado, é possível obter valores associados ao consumo alimentar básico — isto é, linha de indigência ou parcela relativa ao consumo alimentar na linha de pobreza — que sejam operacionais para fins de análise e de política social.

3.2 - As evoluções observadas por grupo de produto se dão predominantemente no mesmo sentido

A evolução das participações dos grupos de produto no consumo total se dá, na maioria dos casos, no mesmo sentido para as duas populações de referência. Isto ocorre tanto em São Paulo e Recife como para o estrato metropolitano consolidado (Anexos 2.A e 2.B). Na verdade, apesar das diferenças de nível de desenvolvimento entre Recife e São Paulo, como explicitado anteriormente, fatores gerais parecem ter influência predominante sobre a estrutura de consumo. Assim, além do grupo alimentação, ocorre também declínio da participação de habitação. Por outro lado, as despesas de transporte e saúde têm sua participação aumentada.

A redução da participação da despesa com habitação, segundo mais importante grupo de despesa, resulta de um amálgama de tendências distintas afetando seus componentes. Para o grupo como um todo, a evolução de preços se deu bem abaixo daquela verificada para o índice geral, o que contribuiu para o comportamento da despesa.⁷ O subgrupo mais importante *per se*, o de aluguéis e taxas, apresentou, porém, evolução no sentido oposto. Em função da perda de dinamismo do setor habitacional, inclusive marcada pela derrocada final do Sistema Financeiro da Habitação, houve escassez da oferta de imóveis, que operou no sentido da elevação de preços. Como resultado, a POF mostra uma participação crescente de aluguéis e taxas, que passam a representar uma parcela sensivelmente mais elevada no conjunto das despesas de habitação (em São Paulo, atingem 43% das despesas de habitação em 1987). Na realidade, o efeito do preço dos imóveis sobre a despesa de aluguéis como medido pela POF se acha geralmente amortecido por mudanças na estrutura de ocupação dos domicílios. O que se deu foi a troca de domicílio com o propósito de redução ou eliminação do dispêndio associado a aluguel.

Dados das PNADs de 1976 e 1987 demonstram a importância do movimento em direção à aquisição de casa própria, elevando de forma sensível o percentual de famílias que moram em domicílio próprio, mas ainda em pagamento (Tabela 5). Como a prestação vinculada à aquisição do domicílio é classificada nas pesquisas de orçamento familiar

TABELA 5

Condição de ocupação dos domicílios nas metrópoles de São Paulo e Recife — 1976 e 1987

(Em %)

Condição de ocupação	São Paulo		Recife	
	1976	1987	1976	1987
Próprio (em aquisição)	40,90	46,90	40,20	55,50
Próprio (pago)	14,40	9,10	12,80	10,30
Alugado	36,50	34,00	38,90	24,70
Outras	8,20	10,00	8,10	9,50

FONTE: IBGE (PNADs de 1976 e 1987).

⁷ Segundo o IPC-Fipe, em 1987 o índice geral teria sido de 490.950 e o de habitação 302.990 (base: 1974 = 100); já no INPC-IBGE, cuja coleta se inicia na década de 80, a tendência de preços captada também é a de um crescimento mais lento dos preços do grupo habitação: o índice geral em 1987 teria sido de 118.442, enquanto o de habitação ficava em 102.694 (base: 1981 = 100).

como redução do passivo, situando-se, portanto, fora do âmbito das despesas de consumo, essa mudança na condição de ocupação acaba por afetar para menos a participação das despesas com aluguel.

O efeito preço da conjuntura imobiliária adversa para o consumidor impactou o item aluguéis de forma atenuada, devido também a um deslocamento geral do local de moradia em direção a áreas mais afastadas do núcleo metropolitano. Os dados de evolução da população no núcleo e na periferia das metrópoles brasileiras entre 1980 e 1991 dão suporte a esta interpretação [ver *Censo Demográfico* de 1991 e Rocha e Tolosa (1993)]. Especificamente, as taxas geométricas anuais de crescimento foram de 0,71 e 2,89% em Recife e de 1,15 e 3,2% em São Paulo, respectivamente no núcleo e na periferia. Esta expansão da periferia, além de amenizar o efeito do aumento dos aluguéis para as famílias que permaneceram na condição de locatárias, viabilizou o acesso à propriedade imobiliária. O resultado, por exemplo, foram melhorias inequívocas dos indicadores habitacionais e redução da densidade de ocupação, para o que as tendências demográficas também contribuíram positivamente.

O movimento de expansão das periferias metropolitanas vinculado à própria dinâmica urbana, que permitiu neutralizar em parte os efeitos no sentido da elevação da despesa de consumo com habitação, deveria repercutir no aumento das despesas de transporte em função dos maiores trajetos a percorrer. Isto de fato ocorreu tanto para o conjunto da população como para os pobres em ambas as metrópoles. No entanto, para o subitem transporte urbano a evolução em São Paulo se deu em sentidos opostos para as populações pobre e não-pobre, tendo aumentado para a primeira e diminuído para a segunda (ver Tabelas 1 e 2).⁸

Dois fatores pelo lado da oferta teriam operado no sentido de tornar o transporte urbano em São Paulo, para um dado percurso, mais oneroso ao final do período em estudo, indo, portanto, ao encontro da evolução observada quanto à participação crescente deste item no consumo das famílias pobres: o primeiro é que houve deterioração do sistema de trens suburbanos, o que acabou por forçar o usuário a utilizar a alternativa rodoviária, mais onerosa; o segundo foi a elevação da tarifa acima do índice geral de preços.⁹ Estes mesmos fatores combinados ao efeito renda teriam estimulado o uso do transporte individual para o conjunto da população.

Na verdade, é inequívoca a importância do avanço do automóvel como meio de transporte e como instrumento de lazer, afetando de maneira clara a estrutura de despesas das famílias, marcadamente na metrópole mais rica. Houve popularização da posse deste tipo de ativo — 23% das famílias paulistanas tinham carro em 1974/75, passando a 32% em 1987/88 —, o que ocorre na esteira do aumento da renda e da mudança de estilos de vida. Neste contexto, deficiências nos sistemas de transporte em comum (custo elevado, abrangência espacial inadequada, nível de conforto deficiente) fazem com que a sua

⁸ Chama a atenção o fato de que, mesmo para os pobres, o transporte urbano represente percentual tão baixo da despesa total de transporte. Isto implica — surpreendentemente — a participação crescente de gastos associados a outros subitens do grupo, a saber, despesas com combustível, manutenção de veículo próprio e viagens.

⁹ Tomando por base setembro de 1974 = 1, o índice de preço da tarifa em setembro de 1983 era de 126,3, enquanto o IGP atingia 114,8 [Abreu (1986)].

demanda se comporte como a de um bem inferior, levando a um aumento da participação do transporte individual.

Diferenças como as verificadas entre São Paulo e Recife no que tange à evolução da despesa com transporte urbano se vinculam a especificidades locais. A tendência fundamental é a de aumento da participação das despesas de transporte para as famílias residentes em áreas metropolitanas, enquanto perdurar o estágio no qual o crescimento espacial está associado à necessidade de maiores deslocamentos. É provável que haja uma crescente mobilidade das pessoas como fenômeno de caráter mais geral, de maneira que esta tendência não só estaria restrita aos residentes das metrópoles, mas também aos urbanos não-metropolitanos e rurais.

A participação crescente dos gastos globais — isto é, públicos e privados — com saúde representa também uma tendência de caráter geral vinculada à modernização e ao desenvolvimento. No caso brasileiro, a participação crescente deste gasto no orçamento das famílias tem um determinante próprio, claramente perverso: a reconhecida falência do Estado em garantir acesso gratuito e universal a serviços de saúde de qualidade. A deterioração do atendimento ambulatorial e hospitalar — exceção feita às poucas e reconhecidas ilhas de excelência — levou ao crescimento da participação do gasto com planos de saúde e medicamentos (Tabela 1). Cabe notar que a participação do gasto privado com planos de saúde, que passou a ser investigada em separado na POF devido à importância que adquiriu no período, é função crescente da renda familiar tanto em São Paulo como no Recife (Tabela 6), o que é revelador da prioridade atribuída por todos à

TABELA 6

Participação do gasto com planos de saúde no total das despesas de consumo, segundo classes de renda — São Paulo e Recife

(Em %)

Classes de recebimento mensal (piso salarial)	Recife	São Paulo
Até 2	0,02	0,08
Mais de 2 a 3	0,04	0,05
Mais de 3 a 5	0,14	0,10
Mais de 5 a 6	0,36	0,15
Mais de 6 a 8	0,41	0,27
Mais de 8 a 10	0,92	0,47
Mais de 10 a 15	1,56	0,55
Mais de 15 a 20	2,91	1,10
Mais de 20 a 30	4,81	1,38
Mais de 30	5,36	5,00

FONTE: IBGE (POF).

garantia de assistência de saúde de qualidade. Os pobres, necessariamente desassistidos pela falência do serviço público e pela insuficiência de renda para garantir o seguro privado, acabam por apresentar um dispêndio fortemente crescente com medicamentos (Tabela 2). Tal fato está reconhecidamente ligado à automedicação, que tende a se acentuar pela própria falta de acesso à assistência médica. Por outro lado, existe o custo associado ao agravamento de patologias simples que, sem tratamento oportuno, implicam gastos crescentes diretos e indiretos, privados e sociais.

O determinante mais geral da tendência de aumento dos gastos com saúde, sejam eles públicos ou privados, está relacionado à elevação do custo desses serviços como consequência da sua crescente sofisticação. Além disso, a urbanização e a modernização levam os indivíduos a priorizarem, além da melhor qualidade, a maior intensidade de uso desses serviços, o que, no caso brasileiro, implica necessariamente aumento dos gastos privados.

Em relação aos gastos com educação, seria de esperar uma evolução semelhante à observada quanto aos gastos com saúde: a reconhecida deterioração da qualidade do ensino público poderia ter levado a maior demanda pelo ensino particular e a participação crescente do grupo na despesa das famílias. Tal ocorre em São Paulo, mas, surpreendentemente, não no Recife, tanto para a população total como para a pobre. Para o conjunto das regiões metropolitanas, onde cada vetor de consumo metropolitano é ponderado pela participação da respectiva metrópole no total da população ou da subpopulação pobre metropolitana (Anexos 2.A e 2.B), verifica-se um ligeiro declínio da participação da educação. O aumento observado em São Paulo é, portanto, uma exceção, que talvez possa ser explicada pelas características únicas da metrópole paulista em termos de nível de renda e desenvolvimento socioeconômico.

Os grupos despesas diversas e fumo apresentam declínio da participação. O primeiro é essencialmente heterogêneo no que tange a seus determinantes, incluindo desde transferências de renda, até gastos com cerimônias diversas, pagamento de serviços não-classificáveis em outros grupos etc., o que torna difícil a interpretação da evolução. No caso de fumo, o declínio pode estar associado às campanhas antitabagistas que alardeiam os efeitos nocivos sobre a saúde e o caráter anti-social do vício. A forte elevação do preço do produto (segundo a Fipe, a evolução do preço ao consumidor do grupo fumo foi quase o dobro daquela observada no índice geral entre 1980 e 1987) pode ter também contribuído para a redução da sua participação na despesa. A esse respeito, cabe, no entanto, destacar que as despesas com fumo permanecem especialmente altas quando se consideram os pobres, em particular levando em conta que se trata de um item de despesa inequivocamente definido e de um gasto familiar “não-socializado” no âmbito da família. De fato o gasto com fumo pelas famílias pobres em São Paulo era de 2,37% da despesa de consumo em 1987, ou seja, superior ao despendido com educação ou recreação e cultura. No Recife, onde o hábito do fumo é mais profundamente enraizado, o consumo pelos pobres não declinou, seguindo a tendência geral, mas evoluiu de 2,96%, conforme o Endef, para 3,32%, segundo a POF.

3.3 - Especificidades locais do consumo em São Paulo e Recife em 1987/88

A comparação das estruturas de consumo para o total da população nas metrópoles de São Paulo e Recife, por ocasião da última pesquisa de orçamentos familiares (Tabela 7), coloca em evidência diferenças que são tanto imputáveis ao desnível da renda e do

TABELA 7

Estrutura do consumo por grupos de produtos nas metrópoles de Recife e São Paulo —1987

(Em %)

Grupos de produtos	Recife	São Paulo
Total	100,00	100,00
Alimentação	30,66	24,23
Vestuário	13,12	12,25
Habitação	19,32	22,58
Aluguel e taxas	7,03	9,76
Manutenção e consertos	4,20	3,71
Artigos de limpeza	1,04	0,86
Mobiliário, eletrodomésticos e eletrônicos	7,06	8,26
Artigos de higiene	2,40	1,65
Serviços pessoais	1,48	1,52
Assistência à saúde	6,60	7,40
Remédios	2,36	2,23
Seguro-saúde	1,11	1,07
Transporte	13,23	16,00
Transporte urbano	3,95	2,66
Educação	3,53	3,61
Recreação e cultura	3,77	4,31
Fumo	1,70	1,47
Despesas diversas	4,19	4,97

FONTE: IBGE (POF).

consumo nas duas metrópoles, como ao fato de que elas se situam em etapas diferentes de desenvolvimento urbano.¹⁰

A diferença mais importante é, sem dúvida, o percentual da despesa com alimentação, que em São Paulo é significativamente inferior ao de Recife. Em contrapartida, a despesa com habitação, segundo grupo mais importante de despesas, é mais alta em São Paulo, atingindo percentual bem próximo ao da alimentação. Para os demais grupos de despesa, o que se observa como regra geral são percentuais mais elevados em São Paulo para grupos onde preponderam os serviços, ao contrário do que ocorre quando predominam bens. Assim, a participação na despesa em São Paulo é menor não somente em alimentação, mas também em vestuário, artigos de higiene,¹¹ artigos de limpeza e fumo. Apenas para bens duráveis (mobiliário, eletrodomésticos e equipamentos de som e tv) o percentual da despesa em São Paulo é superior ao de Recife. No entanto, o diferencial não é tão elevado quanto seria de esperar em função da superioridade do nível de consumo médio familiar, que em São Paulo é 68% mais elevado que o de Recife.

As diferenças nas estruturas de consumo para as subpopulações pobres nas duas metrópoles (Tabela 8) parecem estar essencialmente associadas a especificidades quanto ao grau de urbanização e ao nível de desenvolvimento de cada uma, independentemente da renda. Isto porque, como já se viu, as diversas linhas de pobreza, parâmetro utilizado para a estimação do consumo dos pobres, estão baseadas em diferenças de custo de vida para os pobres em cada metrópole. Assim, por exemplo, gastos com alimentação sensivelmente mais baixos em São Paulo do que em Recife significariam que a complexidade funcional e o tamanho urbano estariam afetando as prioridades de consumo em favor de despesas não-alimentares, mesmo quando as necessidades nutricionais recomendadas não estão atendidas.

Cabe destacar, no entanto, que não somente para alimentação, mas para a totalidade dos grupos de despesa, com exceção apenas de recreação e cultura, as participações verificadas para os pobres em Recife e São Paulo acompanham perfeitamente aquelas observadas para a população como um todo na respectiva metrópole. Assim, por exemplo, para os grupos de despesa para os quais a participação no consumo total da população é mais elevada em Recife do que em São Paulo — como é o caso de alimentação, vestuário, artigos de higiene e fumo —, o mesmo ocorre para a subpopulação pobre. Reciprocamente, quando a participação de um grupo é mais baixa em Recife do que em São Paulo, tal ocorre em relação ao consumo do total da população e ao dos pobres. Deste modo, parece que a estrutura de consumo das famílias em geral está vinculada a especificidades locais, tais como o nível de renda, o grau de desenvolvimento urbano e produtivo e os aspectos socioculturais. Para os pobres numa e noutra metrópole, mais do que as características comuns em função do nível de renda, como era de esperar, a estrutura de consumo parece se relacionar a aspectos locais, os mesmos que influenciam

10 Dado um ponto no tempo, o reconhecimento de que Recife e São Paulo se situam em estágios diferentes de desenvolvimento urbano não implica que cada metrópole venha a seguir necessariamente os estágios evolutivos identificados.

11 Nas tabelas comparativas entre 1974/75 e 1987/88 (Tabelas 1 e 2 e Anexos 2.A e 2.B), os grupos artigos de higiene e serviços pessoais da POF foram agregados para garantir a compatibilidade com a classificação utilizada no Endef.

o consumo da população total. Naturalmente, pode-se associar em parte essas semelhanças entre as estruturas de consumo de pobres e da população total em cada metrópole para o conjunto amplo de produtos ao efeito demonstração do consumo das camadas mais abastadas.

TABELA 8

*Estrutura do consumo para a subpopulação
pobre nas metrópoles de Recife e São Paulo — 1987*

(Em %)

Grupos de produtos	Recife	São Paulo
Total	100,00	100,00
Alimentação	50,14	40,93
Vestuário	9,98	6,87
Habitação	17,21	24,47
Aluguel e taxas	6,02	14,80
Manutenção e consertos	4,18	3,18
Artigos de limpeza	1,73	1,58
Mobiliário, eletrodomésticos e eletrônicos	5,28	4,91
Artigos de higiene	2,76	1,32
Serviços pessoais	1,00	1,14
Assistência à saúde	4,37	8,98
Remédios	3,03	4,83
Seguro-saúde	0,10	0,29
Transporte	6,83	8,27
Transporte urbano	5,83	4,86
Educação	1,41	1,99
Recreação e cultura	1,49	1,24
Fumo	3,32	2,37
Despesas diversas	1,49	2,43

FONTE: IBGE (POF).

4 - Conclusões

A comparação dos padrões de consumo derivados do Endef e da POF evidencia três fatos básicos quanto ao consumo nas regiões metropolitanas:

a) Para grupos de produtos que representam 67% do consumo da população metropolitana como um todo e 76% do da população pobre metropolitana em 1987/88, a alteração da sua participação na despesa se deu no mesmo sentido nas duas metrópoles (e no conjunto do estrato metropolitano), tanto para a população total como para a pobre. Assim, verifica-se queda da participação dos gastos com alimentação e habitação, enquanto saúde e transporte têm suas participações aumentadas. Neste sentido, fatores de caráter geral — tais como urbanização e modernização do país, globalização e crise do Estado —, que afetam as famílias independentemente de seu nível de renda, do estágio de desenvolvimento da metrópole onde residem e de outras especificidades locais, parecem ter papel preponderante na moldagem do padrão de consumo metropolitano.

b) Entre os dois pontos no tempo, há maior semelhança no sentido da alteração da despesa por grupo de produtos entre pobres e população total de uma mesma metrópole do que entre pobres ou população total das duas metrópoles examinadas. Isto significa que, apesar dos fatores suprametropolitanos dominantes, existem fatores locais que influenciam a evolução diferenciada para alguns grupos de produtos. Estes fatores locais têm efeitos mais relevantes sobre o padrão de consumo do que os diferenciais de renda entre pobres e não-pobres.

c) A comparação do padrão de consumo em 1987/88 para pobres e população total no Recife e em São Paulo mostra que há maior semelhança do padrão de consumo de pobres e população total de uma mesma metrópole do que, por exemplo, do de pobres nas duas metrópoles. Assim, por exemplo, a participação do consumo alimentar é sensivelmente mais baixa em São Paulo do que em Recife, tanto para a população total como para os pobres. Isto implica a primazia de fatores locais, entre os quais se incluem o estágio de desenvolvimento produtivo e as suas implicações sobre a estrutura social, o nível de renda e a estrutura de consumo das camadas mais abastadas. Esta por sua vez acaba por influenciar as aspirações, o modo de vida e o padrão de consumo dos pobres em cada metrópole.

As conclusões são claras. Os determinantes do consumo metropolitano são preponderantemente gerais, afetando todas as metrópoles e as populações total e pobre no mesmo sentido. Quando as especificidades locais se fazem sentir, elas tendem a afetar os pobres e a população total no mesmo sentido. Na verdade, as diferenças de padrão de consumo entre os pobres e a população total são menores do que poderiam sugerir os níveis de desigualdade de renda, não havendo evidência de que exista um padrão de consumo estruturalmente diverso associado à subpopulação pobre que se revele no nível de grupos de produtos da classificação utilizada.

Dentre as modificações no padrão de consumo detectadas, a mais importante e mais sólida concerne à queda de participação da despesa alimentar. Esta não se limita a um efeito renda, já que ocorre também para as subpopulações pobres.

Apesar de a alimentação ser considerada normalmente como despesa essencial, não fica evidente esta prioridade por parte do consumidor quando se comparam as estruturas de consumo metropolitano entre 1974 e 1987. De fato, verifica-se redução na participação do gasto mesmo para os pobres, cujas necessidades básicas não estariam sendo atendidas, devido à restrição de renda. Como se trata de despesa que ocorre na esfera privada, com complexas implicações sociais e culturais, pouco pode ser feito pelo poder público no sentido de aumentar o consumo monetário de alimentos. A redução do gasto, acoplada ao efeito demonstração perverso, resulta no agravamento da condição de subnutrição das populações de baixa renda, afetando principalmente as crianças, consumidores passivos.

Ações de política pública passíveis de compensar em parte esta tendência se limitariam à distribuição gratuita de bens alimentares às populações carentes ou a subgrupos bem definidos (gestantes, nutrizas, famílias com crianças menores de cinco anos). Sua vantagem é garantir um nível de consumo mínimo não-monetário, isto é, independentemente da renda e das decisões de consumo das famílias. As dificuldades de focalização adequada de políticas desse tipo são, porém, bem conhecidas.

A este respeito, cabe lembrar ainda que esquemas de transferência de renda para os pobres — cujos os problemas de focalização são ainda mais complexos — teriam o efeito de aproximar o consumo dos beneficiários daquele verificado nas famílias em torno da linha de pobreza. Do ponto de vista do padrão de consumo familiar, isto não significa que as necessidades teoricamente consideradas como as “mais básicas” — as de alimentação — venham a ser atendidas.

A evolução do consumo alimentar tem implicações quando se trata de definir a cesta básica para fins de estabelecimento de linhas de pobreza. As escolhas observadas, progressivamente menos ótimas em termos nutricionais, apresentam custos crescentes. Em consequência, é necessária a adoção de procedimentos de normatização a partir de uma estrutura de consumo observada para que os valores das linhas de pobreza e de indigência sejam operacionais na delimitação da população-alvo para políticas sociais.

Enquanto a demanda alimentar se dá essencialmente na esfera do consumo privado, sendo difícil afetar as escolhas das famílias no sentido socialmente desejável, outras despesas estão estreitamente vinculadas ao papel do Estado, seja como ofertante, seja como potencial regulador da oferta. Deste modo, o acesso ao consumo e a despesa familiar se relacionam de forma direta com a atuação do setor público no caso de habitação, transporte e saúde.

Os efeitos observados quanto às despesas de habitação resultam de fenômenos diversos afetando os diferentes subgrupos ao longo do período. Para aluguéis e taxas, o aumento de sua participação resulta da elevação do preço dos imóveis ligado à falência do Sistema Financeiro da Habitação e à crise de oferta, que marcou a década de 80 a partir de 1984. O efeito preço foi, porém, amortecido pelo maior acesso à propriedade imobiliária — já que o pagamento de prestações se acha estatisticamente fora do âmbito do consumo — e pelo movimento de expansão das periferias, onde os preços por unidade de área são mais baixos do que no núcleo metropolitano.

No que concerne ao grupo transporte, as despesas associadas ao serviço público urbano aumentaram, especialmente para os pobres, na esteira do crescimento das

metrópoles, uma vez que, na maioria dos casos, a expansão espacial significou, em média, maior distanciamento entre os locais de residência e de trabalho. São Paulo, numa fase mais adiantada de evolução metropolitana, é uma exceção: o fato de a periferia ter se diversificado com a formação de subcentros permitiu a geração de um amplo mercado de trabalho por toda a região, reduzindo as distâncias a percorrer. Isto explicaria por si só a participação declinante das despesas com o transporte urbano para o conjunto da população, para o que deve ter contribuído o aumento da renda. É claro que a racionalização dos sistemas de transporte e/ou a política de subvenção tarifária poderiam ter este mesmo impacto, mas, para o conjunto das metrópoles, se ocorreram, não foram capazes de levar a uma redução do gasto em transporte público urbano, seja para a população em geral, seja para os pobres. A introdução do vale-transporte a partir de 1987, com a população atendida ampliando-se continuamente, provavelmente permitiu reverter esta tendência desde então.

No caso dos gastos com assistência à saúde, a deterioração do sistema público de assistência médica e de previdência levou a um aumento da participação das despesas privadas com esses bens e serviços. Cabe notar a importância das despesas com planos de saúde, que se tornou um subgrupo relevante das despesas das famílias justamente entre as datas de referência do estudo.

As implicações que decorrem dos padrões de consumo analisados são evidentes. Caso o governo volte a desempenhar sua função de provedor de serviços básicos, como é demandado unanimemente pela sociedade brasileira, as famílias, particularmente as mais pobres, poderiam evitar ou reduzir gastos com saúde, educação e transporte urbano, liberando parcela da renda familiar para consumo de âmbito caracteristicamente privado, o que operaria no sentido de elevar seu bem-estar. No entanto, mesmo com a reorganização destas funções do Estado, parece pouco provável que as famílias, pelo menos as metropolitanas, venham a reestruturar o seu consumo de modo a priorizar gastos alimentares.

Anexos

ANEXO 1

Valor das linhas de pobreza, segundo regiões metropolitanas

Regiões metropolitanas	Cr\$ de agosto de 1974	Salário mínimo	Cr\$ de outubro de 1987	Salário mínimo
Belém	274,65	0,728901	2150,61	0,814624
Fortaleza	188,46	0,500159	1296,11	0,490951
Salvador	246,04	0,652972	1783,17	0,675440
Belo Horizonte	231,64	0,614756	1542,71	0,584359
Rio de Janeiro	281,72	0,747665	1698,40	0,643335
São Paulo	334,20	0,886943	2185,92	0,828001
Curitiba	208,22	0,552601	1307,70	0,495340
Porto Alegre	255,85	0,599390	1737,01	0,657959
Brasília	294,61	0,781873	1926,97	0,729916

FONTES: Fava (1984) e Rocha (1992).

ANEXO 2.A

Evolução da estrutura de consumo para o conjunto das nove regiões metropolitanas e Brasília, segundo grupos de produtos — 1974/75 e 1987/88

(Em %)

Grupos de produtos	1974/75	1987/88
Despesas de consumo	100,00	100,00
Alimentação	32,10	25,63
Vestuário	9,23	12,94
Habitação	25,35	21,15
Aluguel e taxas	8,35	8,89
Higiene e serviços pessoais	3,29	3,51
Assistência à saúde	4,99	7,11
Remédios	2,10	2,31
Seguro-saúde	n.d.	0,86
Transporte	10,35	14,12
Transporte urbano	3,20	3,23
Educação	3,77	3,61
Recreação e cultura	2,59	4,35
Fumo	2,63	1,50
Despesas diversas	5,70	5,39

FONTE: IBGE (Endef e POF).

ANEXO 2.B

Evolução da estrutura de consumo para o conjunto da subpopulação pobre metropolitana e Brasília, segundo grupos de produtos — 1974/75 e 1987/88

(Em %)

Grupos de produtos	1974/75	1987/88
Despesas de consumo	100,00	100,00
Alimentação	47,08	42,41
Vestuário	7,01	9,58
Habitação	23,34	20,51
Aluguel e taxas	7,78	9,62
Higiene e serviços pessoais	3,28	3,50
Assistência à saúde	3,37	6,11
Remédios	2,38	3,86
Seguro-saúde	n.d.	0,15
Transporte	6,56	7,26
Transporte urbano	5,10	5,61
Educação	1,59	1,78
Recreação e cultura	4,98	1,80
Fumo	3,81	2,61
Despesas diversas	2,71	2,33

FONTE: IBGE (Endef e POF).

Abstract

This text examines changes in consumption patterns by metropolitan families in São Paulo and Recife between 1974/75 and 1987/88. Data according to groups of products and referring to all families and to poor families show general tendencies affecting all, independently of income level — as the reduced share of food expenditures —, as well as local characteristics, probably related to differences in the stage of development. Findings may be helpful to guide social policies, particularly those aimed at fighting poverty.

Bibliografia

- ABREU, J. *Os problemas da tarifa de transporte por ônibus urbano*. São Paulo: IPE/USP, 1986 (Série Ensaio Econômico, 50).
- ALTIMIR, O. La dimensión de la pobreza en América Latina. *Cuadernos de la Cepal*, Santiago do Chile, Cepal, 1979.
- BLISARD, N., BLAYLOCK, R. *US demand for food-household expenditures, demographics and projections for 1990-2010*. Washington D.C.: U.S. Department of Agriculture, Dec. 1993.
- FAVA, V. L. *Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1984.
- HAGUENAARS, A. J. M., PRAAG, B. M. S. von. A synthesis of poverty line definitions. *Review of Income and Wealth*, v. 31, p. 139-153, 1985.
- LUTZ, S. et alii. *Changes in food consumption and expenditures in low income American households during the 1980s*. Washington D.C.: U.S. Department of Agriculture, Nov. 1993.
- RIBEIRO, L. C. Q. et alii. *Dinâmica metropolitana e reestruturação sócio-econômica*. Rio de Janeiro: IPEA/(Fórum Nacional), nov. 1993.
- ROCHA, S. Linhas de pobreza para as regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80. *Anais*, v.4. Belo Horizonte, ANPEC, 1988.
- . Pobreza metropolitana no Brasil: parâmetros básicos e resultados empíricos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 22, n. 3, p. 541-559, dez. 1992.
- . *Poverty lines for Brazil — new estimates from recent empirical evidence*. Washington: World Bank, 1993 (unpublished report).
- . *Caracterização da pobreza no Brasil. O Brasil do fim do século: desafios e propostas para a ação governamental*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

ROCHA, S., TOLOSA, H. Núcleo-periferia metropolitana: diferenciais de renda e pobreza. In: VELLOSO, J.P.R., ALBUQUERQUE, R. C. *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, p. 137-174, 1993.

ROCHA, S., VILLELA, R. Caracterização da subpopulação pobre metropolitana nos anos 80 — resultados de uma análise multivariada. *Revista Brasileira de Economia*, v. 44, n. 1, p. 35-52, jan./mar. 1990.

———. *Poverty lines for Brazil - new estimates from recent empirical evidence*. Washington: World Bank, 1993 (unpublished report).

THOMAS, V. *Differences in income, nutrition and poverty within Brazil*. Washington, D.C.: World Bank, 1982 (Staff Working Paper, 505).

(Originais recebidos em janeiro de 1995. Revisos em maio de 1995.)